

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA
Maerbal Bittencourt Marinho, Pró-Reitor de Graduação
Manoel José de Carvalho, Pró-Reitor de Extensão
Jocélio Teles dos Santos, Diretor do CEAO/UFBA

Ações afirmativas
na universidade pública:
O caso da UFBA

Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA

Salvador, Bahia

2005

Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-FFCH
Universidade Federal da Bahia-UFBA

Reitor da UFBA

Naomar Almeida

Diretor da FFCH

Antonio Fernando Guerreiro de Freitas

Diretor do CEAO

Jocélio Teles dos Santos

Apoio



FORD FOUNDATION

A185 Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA /:
Naomar de Almeida Filho...[et al]. - Salvador: Centro de Estudos
Afro-Orientais, 2005.

36 p il.

ISBN: 85-88070-01-4

1. Programa de ação afirmativa - Salvador, (BA). 2. Universidades e faculdades - Salvador, (BA) I. Almeida Filho, Naomar, II. Marinho, Maerbal Bittencourt, III. Carvalho, Manoel José de, Santos, Jocélio Teles dos, V. Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais.

CDD - 370.19342

INTRODUÇÃO

O Brasil padece de uma das piores distribuições de renda do mundo, produto e efeito de profundas iniquidades sociais, manifestas, principalmente, na dívida social da saúde e da educação. Essa situação decorre de um débito político histórico: 500 anos de escravatura e genocídio e 200 anos de luta de classes determinaram exclusão social e política de grande parcela da população brasileira. A dívida social brasileira e o débito histórico com as populações ameríndias dizimadas e com os povos africanos escravizados merecem superação e reparação pela via da educação, incluídas na responsabilidade social de toda instituição de ensino superior que mereça o nome de universidade. A natureza pública da instituição universitária federal, topo do sistema de educação pública, portanto, justifica priorizar (e não privilegiar) alunos de escola pública que conseguem atingir níveis de formação que os capacita a ingressar no ensino superior. Para isso, não basta redistribuir os poucos lugares no ensino superior público, retirando vagas de segmentos já contemplados para concedê-

las a outros grupos socialmente necessitados, e sim será preciso ampliar a oferta de vagas.

Infelizmente, a universidade brasileira, e a UFBA em particular, tem-se omitido frente a estas questões. Nos últimos dez anos, a sociedade baiana ampliou em 106% a demanda pelo vestibular da UFBA, enquanto a nossa oferta de vagas de graduação crescia em pífios 8%. No mesmo período, nenhuma discussão sobre políticas de ação afirmativa para pobres, negros e índios teve eco na instituição, apesar de o CEAO, desde 1998, ter encaminhado, através do Programa Ceafro, sucessivas propostas de abertura desse debate, e o Programa A Cor da Bahia/FFCH vir realizando pesquisas sobre as desigualdades raciais, desde 1998, tanto na UFBA quanto em outras instituições (UnB, UFRJ, UFMA e UFPR).

Após amplo debate e depois de dois anos de elaboração, a Universidade Federal da Bahia iniciou a implantação do seu Programa de Ação Afirmativa com o primeiro vestibular, em 2005, que inclui reserva de vagas para alunos da escola pública, negros, quilombolas, índios e índio-descendentes. Acalorados debates e grandes controvérsias sobre o tema animaram as listas eletrônicas de discussão da nossa universidade e em muito enriqueceram esse percurso, contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema enfim aprovado, tornando-o modelo adotado pelo projeto de lei enviado pelo MEC ao Congresso Nacional.

O presente texto constitui versão revisada de trabalho apresentado no I Encontro de Universidades com Programas de Ação Afirmativa, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em 10 de junho de 2005. Através de sua ampla

divulgação, pretendemos alcançar duplo objetivo. Em primeiro lugar, apresentar à comunidade universitária e à sociedade em geral, de modo sistemático, fundamentos e estrutura do Programa de Ação Afirmativa da Universidade Federal da Bahia. Em segundo lugar, analisar os primeiros efeitos de implantação do Programa a partir da avaliação dos dados do Vestibular 2005, principalmente no que diz respeito ao perfil e desempenho do corpo discente. Acrescentamos ainda alguns comentários e reflexões sobre resistências, obstáculos e barreiras enfrentadas pelo Programa, visando reconhecer e prevenir possibilidades de reação institucional e social a propostas de mudança no caráter elitista da universidade pública brasileira.

ANTECEDENTES

O Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravatura, após o tráfico de cerca de 3,6 milhões de africanos. Dessa forma, os negros foram libertados pelo governo sem nenhuma providência para tornar ex-escravos trabalhadores assalariados. No caso específico, livres sem saber ler nem escrever a língua colonial. De fato, os esforços de integração social dos ex-escravos e seus descendentes no Brasil foram pequenos, sobretudo no campo da educação. Du Bois, um dos primeiros negros americanos a construir carreira acadêmica, denunciou a existência de forte oposição à educação dos negros nos Estados Unidos, pois se acreditava que um negro instruído era um negro perigoso, dado que a educação tem sido sempre um elemento de crítica e transformação social.

Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, Timothy Mulholland, Vice-Reitor da UnB, com base em dados do IBGE, afirma que em todos os espaços da vida nacional, os negros brasileiros encontram-se em condições de desigualda-

de. Tais dados refutam a idéia de democracia racial, bem como a alegação de que a exclusão econômico-social é causa determinante da situação do negro no Brasil. A discriminação racial opera como fator específico de exclusão. Por isso as políticas universalistas, iniciadas no século 20, fracassaram em criar condições capazes de promover igualdade de oportunidade para brasileiros negros e pobres. É preciso intervir nos processos que produzem essa exclusão estrutural para alterar o quadro de desigualdade social advinda do racismo e da discriminação.

João Reis, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, eminente estudioso da história da escravidão, autor do clássico *A Revolta dos Malês*, em debates via internet na UFBA, afirmou que pesquisas sobre miscigenação da população brasileira precisam ser mais divulgadas como parte do combate ao racismo no Brasil. O Brasil é um país miscigenado, como também o são os Estados Unidos, diversos países do Caribe e da América Latina. Reis ressalta que, em nenhum lugar, o aspecto biológico se traduz imediatamente na mentalidade das pessoas. Um dado é a biologia, outro é a sociologia ou antropologia do fenômeno “racial”. No Brasil, a cor da pele e outros traços físicos constituem pretextos para discriminar negativamente. Isso significa que ter pele clara implica um **capital simbólico** que ajuda significativamente no processo de ascensão social.

Pena & Bortolini, em artigo publicado recentemente na *Revista de Estudos Avançados* da USP, com base em análises de DNA mitocondrial, demonstram que a matriz genética da população feminina brasileira com fenótipo branco se com-

põe de 28% de haplogrupos africanos, 39% de haplogrupos europeus e 33% de haplogrupos ameríndios. Há forte variação regional em relação à média brasileira. No Nordeste, por exemplo, o DNA matricial das mulheres brancas se apresenta com 44% de haplogrupos africanos, 34% de haplogrupos europeus e 22% de haplogrupos ameríndios. As técnicas de pesquisa genética empregadas permitem estimar que cerca de 146 milhões de brasileiros (86% da população) apresentam mais de 10% de contribuição africana em seu genoma.¹

Realmente, o Brasil é um país geneticamente mestiço e existirão sempre dúvidas sobre a definição da cor de uma parcela dos brasileiros. Porém, usar esta questão para desqualificar propostas de políticas afirmativas significa curvar-se aos que reproduzem em nosso país uma perversa ideologia da democracia racial, assumindo retóricas de apoio à mestiçagem que permitem desqualificar os que não apresentam fenótipo branco.

Neste aspecto é interessante verificar que no debate sobre políticas afirmativas criaram-se termos para formas de implementação das cotas: cotas sociais e cotas raciais. Cotas sociais seriam aquelas que reservam vagas para o ensino público e as cotas raciais expressam a reserva de vagas para afrobrasileiros ou ameríndios. Consideramos que tais denominações não tratam esta importante questão com a profundidade necessária. Na verdade, a reserva de vagas para a escola pública não pode ser chamada de cotas sociais, no máximo de cotas de programas sociais universalistas.

¹ Devemos esta referência a Pedro Prata, professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, em debates via internet

O entrelaçamento entre as questões racial e social, desnudado nas últimas décadas pelas ciências sociais, principalmente na Bahia, significa que para uma cota ser realmente social deve levar em consideração o perfil da cor da população. O sistema de cotas adotado pela UFBA, como vamos demonstrar adiante, além de contemplar o fator classe social (mediante o indicador “Egressos de escola pública” em geral), prioriza os afro-brasileiros pobres sem excluir os brancos socialmente carentes.

SUBSÍDIOS

Os dados que subsidiaram a proposta do Programa de Ação Afirmativa da Universidade Federal da Bahia foram coletados nos processos seletivos dos últimos sete anos, desde 1998, quando pela primeira vez investigou-se origem social (alunos de escola pública) e autodeclaração de cor (preto, pardo, amarelo, branco ou indígena) tanto na candidatura quanto na classificação no vestibular. Tais dados compõem as tabelas apresentadas em Anexo.

A análise desses dados permitiu refutar o argumento de que a UFBA é uma universidade que em geral discrimina pobres, afrodescendentes e indiodescendentes nos seus processos seletivos. Nos anos de 2003 e 2004, mais de 54% dos candidatos ao vestibular se autodesignaram Pretos ou Pardos e pouco mais de 1% dos que postularam ingressar na UFBA declararam ser indígenas. Os candidatos que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas eram respectivamente, 41,8% e 49,8%. Dos aprovados nos vestibulares de 2003 e 2004, mais de 50% eram afrobrasileiros, menos de 2% indiodescendentes e quase 34% provenientes de escolas públicas.

Vejamos o quadro local em relação a outras instituições de ensino superior, conforme edição especial da revista eletrônica de jornalismo científico *ComCiência*, intitulada “O Brasil Negro” (número 49), publicada pelo LABJOR e pela SBPC:²

“...na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o número de alunos brancos é de 76,8%, o de negros 20,3% para uma população negra no estado de 44,63%; na Universidade Federal do Paraná (UFPR) os brancos são 86,6%, os negros, 8,6%, para uma população negra no estado de 20,27%; na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), brancos são 47%, negros 42,8% e a população negra no estado, 73,36%; na Universidade Federal da Bahia (UFBA), 50,8% são brancos, 42,6% negros e 74,95% a população negra do estado; na Universidade de Brasília (UnB), são brancos 63,74%, são negros 32,3%, tendo o Distrito Federal uma população negra de 47,98%; na Universidade de São Paulo (USP), os alunos brancos somam 78,2%, os negros, 8,3% e o percentual da população negra no estado é de 27,4%. Vê-se, assim, que o déficit produzido por essas diferenças é bastante desfavorável ao negro nos estados onde se encontram essas universidades: 24,33% na UFRJ, 11,67% na UFPR, 30,56% na UFMA, 32,35% na UFBA (o maior do Brasil, segundo as universidades pesquisadas), 15,68% na UnB e 19,1% na USP.”

Apesar da sua eloquência, tal análise merece correções porque a comparação deve ser feita usando razões e não diferenças. Quando as frequências são altas, as diferenças mostram-se também grandes. Por exemplo, compare-se 2% de pobres na Universidade U com 10 % de pobres na população P. A

² Devemos esta contribuição ao Prof. Giovandro Ferreira, da FACOM/UFBA.

diferença é pequena (apenas 8%), mas a razão é enorme (pU/pP: $10\% / 2\% = 5$). Isso pode ser interpretado como uma medida da desigualdade: a Universidade U abriga apenas 1/5 dos excluídos de P. Aplicando este raciocínio à nossa questão, a razão Negros na população paulista versus Negros na USP { $27,4\% / 8,3\% = 3,3$ } indica que a USP tem um percentual de negros três vezes menor que a população de São Paulo. A UFBA { $73,4 / 42,6 = 1,7$ } tinha o seu percentual de negros apenas 1,7 vezes menor que a população geral. Basta calcular o mesmo para todas as outras universidades que a comparação torna-se mais justa e mostra que a maior relação de atendimento já era a da nossa instituição. Não obstante, ainda havia muito que progredir no sentido de promover a igualdade de oportunidades de educação superior mediante a incorporação dos excluídos por origem social e étnico-racial, não somente em geral mas em relação a cada um dos cursos de graduação.

Por outro lado, é verdade que vários cursos têm baixa proporção de alunos auto-referidos como negros (pretos ou pardos), como por exemplo Comunicação, Música (Regência), Direito, Odontologia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Medicina – todos com menos de 30% de negros. Alguns cursos revelam uma virtual ausência de alunos socialmente carentes, como por exemplo Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Comunicação, Direito e Teatro – todos com menos de 10% de egressos de escolas públicas. A explicação para essas distorções é que o contingente que se candidata a tais cursos já se pré-seleciona, como por exemplo Medicina e Odontologia em 2001, ambas com 34% de candidatos afrobrasileiros e 16% de pobres entre os postulantes e

com respectivamente 29% e 23% de afrobrasileiros e 4% e 5% de egressos de escolas públicas entre os aprovados.

Os dados relativos ao período 2001 a 2004 demonstram a contínua distorção do sistema. O número dos que se auto-classificaram como pretos e pardos aumentou de 42% a 57%. Os mais apressados poderiam argumentar que houve um aumento significativo no ingresso de negros. Quando observamos onde se deu o aumento, esse resultado se verificava em cursos como os de licenciatura, educação física, biblioteconomia, ciências sociais, secretariado, história, ciências contábeis e química, enquanto que a diminuição dos negros continuava em cursos como medicina, arquitetura, odontologia, psicologia e administração. O fosso entre estudantes negros e oriundos do sistema público de ensino e os estudantes oriundos do sistema privado portanto permanecia e até aumentava em cursos mais concorridos e secularmente ocupados pelos que se autotransclassificavam como brancos.

Tais dados indicam que, com a falência do ensino público de segundo grau no estado e no País, a exclusão social ocorre muito anteriormente ao momento de ingresso na universidade, fazendo com que a composição social e racial/étnica do grupo de postulantes ao ingresso na UFBA seja bastante diferente do perfil sócio-demográfico da população baiana. Por todos esses motivos, qualquer Programa de Ação Afirmativa que pretenda obter resultados concretos não pode, por um lado, ser pautado pela restauração de proporções demográficas gerais nem pode, por outro lado, ser genérico e difuso. Deve ser efetivamente focalizado e dirigido aos cursos onde se observa maior defasagem entre composição da demanda e efetiva classificação de ingressantes.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Ação Afirmativa da UFBA para populações socialmente carentes, afrobrasileiros e ameríndios estrutura-se em quatro eixos: preparação, ingresso, permanência, graduação.

Preparação. Neste item do nosso Programa de Ação Afirmativa, a UFBA aprovou três medidas que poderão influenciar positivamente na qualidade das escolas públicas na Bahia, melhorando a qualificação dos seus egressos como candidatos ao vestibular:

Primeiro, participação nos programas de ampliação de licenciaturas para a formação de docentes para o ensino público médio e fundamental, celebrando convênios com o Governo Estadual e com prefeituras municipais. Especial atenção deverá ser concedida à formação de docentes para o ensino indígena, em programa especial a ser realizado em conjunto com a FUNAI.

Segundo, ampliação do Programa de Avaliação do Ensino Médio, visando melhorar o ensino no nível médio.

Terceiro, convite aos programas de preparação para excluídos socialmente, afrobrasileiros e indiodescendentes, como Instituto Steve Biko, Oficina de Cidadania, Pré-Vestibular Salvador, Forum dos Quilombos Educacionais, União Nacional dos Índiodescendentes, e outros que se credenciem a celebrar com a UFBA convênios e acordos, com a cessão de instalações e equipamentos, além de promover o recrutamento de voluntários dentro dos quadros da universidade.

Ingresso. Três medidas compõem este item do nosso Programa de Ação Afirmativa:

Primeiro, redução da taxa de inscrição ao vestibular e ampliação da isenção concedida a alunos socialmente carentes (egressos de escolas públicas). O MEC precisa rever a posição de não destinar fundos orçamentários para os processos seletivos da universidade.

Segundo, uma maciça ampliação de vagas para cursos de graduação na UFBA, abrindo vagas residuais, novos cursos e novas vagas em cursos pré-existentes. Para isso, o MEC precisa aprovar a abertura de novas vagas para concurso de docentes e técnicos, além de aumentar os recursos de custeio da universidade visto que se espera com isso um incremento de custos com energia, segurança e manutenção.

Terceiro, um sistema de cotas para alunos pobres, negros e indiodescendentes. Este sistema toma como base a proporção de candidatos que declararem origem racial/étnica negra (pretos e pardos) ou índia e forem comprovadamente carentes sociais; focalizado nos cursos que apresentam parcelas de alunos egressos de escolas públicas, afrobrasileiros e indiodescendentes defasadas em relação à proporção da de-

manda. O regime de cotas proposto foi implementado por tempo limitado, sendo monitorado e avaliado a cada ano. O monitoramento competente deste experimento demandará recursos adicionais que foram obtidos junto ao MEC sob a forma de um programa especial para coleta e análise de dados sociais e acadêmicos dos participantes no regime de cotas.

Permanência. Sabe-se que, além das dificuldades de acesso, o principal problema para a inclusão social de alunos egressos de escolas públicas, afrobrasileiros e indiodescendentes pela via da formação superior encontra-se nas dificuldades e falta de apoio à permanência na universidade. Cerca de 34% dos alunos que conseguem ingressar na UFBA não completam seu curso no prazo máximo regulamentar. Isto afeta especialmente os alunos pobres e negros: 50% dos aprovados no Vestibular 2003 eram negros e 33% eram egressos de escola pública; apenas 43% dos graduados naquele ano eram negros e 19% de escola pública. Portanto, para dar conta deste eixo, o Programa de Ação Afirmativa aprovado incorpora três medidas:

Primeiro, advogamos uma profunda revisão da grade de horários da UFBA, permitindo aos alunos optar por regimes de estudos que permitam o atendimento àqueles que necessitam de trabalhar para sobreviver na universidade. Isso inclui também a abertura de cursos em horários noturnos e aulas concentradas em fins de semana, atendendo com prioridade aos participantes no programa de ação afirmativa.

Segundo, precisamos implementar um programa amplo de tutoria social, reforço escolar e acompanhamento acadêmico para todos aqueles que necessitem de assistência, inde-

pendentemente de terem ingressado pelo regime de cotas. Isto igualmente demandará recursos adicionais que estão sendo solicitados ao MEC e à FUNAI sob a forma de convênios especiais.

Terceiro, será preciso ampliar a capacidade de atendimento dos programas de apoio estudantil da UFBA, com mais bolsas de trabalho, bolsas-residência e auxílio alimentação. Para isso, o MEC precisa rever a posição de não autorizar despesas orçamentárias com a assistência estudantil na universidade pública.

Pós-permanência. Tão importante quanto promover preparação, ampliar acesso e garantir permanência será certamente o fomento da conclusão dos cursos e a preparação para o mercado de trabalho para alunos socialmente carentes, afrobrasileiros e indiodescendentes. Todos os alunos que ingressarem na universidade através do Programa de Ação Afirmativa serão elegíveis para um programa especial de preparação para a vida pós-universidade, com assessoria e assistência na obtenção de estágios e empregos, e um programa de educação permanente para aqueles que se tornarem pequenos empresários. Além do MEC, o Ministério do Trabalho e o SEBRAE serão certamente parceiros nesse importante eixo do nosso Programa de Ação Afirmativa.

O Programa teve o seguinte encaminhamento: foi inicialmente apreciado pela Comissão Especial para Políticas de Inclusão Social, nomeada pela Reitoria, que aprovou o conjunto de medidas, finalmente submetidas ao plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada uma destas instâncias emitiu parecer técnico, porém coube ao Conselho

Universitário sua aprovação final em 17 de maio de 2004. Realizamos sem problemas o Vestibular 2005, cujos dados serão avaliados a seguir. Imediatamente após, e nesta etapa nos situamos, estamos desdobrando o Programa de Ação Afirmativa da UFBA em projetos específicos, já submetidos ao MEC. Para viabilizá-lo, precisamos abrir novas vagas para docentes e servidores, além de mais recursos de custeio para fazer frente a custos adicionais de energia, segurança e manutenção.

AVALIAÇÃO DO VESTIBULAR 2005³

A primeira fase do Vestibular da UFBA é eliminatória. A eliminação do candidato pode dar-se por ausência, nota zero em qualquer prova, à exceção da de Língua Estrangeira, ou pelo ponto de corte. O ponto de corte é um limite mínimo de desempenho nas provas, estatisticamente determinado em função da média aritmética e do desvio-padrão dos escores parciais dos candidatos não eliminados por ausência ou zero, no conjunto das provas dessa primeira fase. No Vestibular 2005, de um total de 12.000 pontos possíveis na primeira fase, o ponto de corte foi 5.117 (equivalente a 4,3), o mesmo para todos os candidatos e para todos os cursos oferecidos. O ponto de corte eliminou 14,1% dos concorrentes, os 4.020 candidatos com escores parciais mais baixos nessa primeira fase.

A segunda fase é eminentemente classificatória, nela não há ponto de corte; o candidato só é eliminado por ausência ou nota zero em qualquer prova. Ele pode não ser selecionado para ingresso na UFBA em função do número de vagas dis-

³ Nesta seção, apresentamos dados produzidos e analisados pelo Serviço de Seleção e Orientação da UFBA.

poníveis; no entanto, tecnicamente, qualquer candidato classificado para a segunda fase do Vestibular, desde que não tenha sido eliminado por ausência ou zero nessa segunda fase, é considerado *apto* a ingressar no curso a que concorreu. Tanto isso é verdade que, naqueles cursos em que o número de candidatos aptos é menor que o número de vagas oferecidas, todos esses candidatos são convocados para matrícula, sem qualquer restrição quanto ao seu escore global. E, em casos de desistência ou impedimento de candidatos selecionados na primeira convocação, outras convocações são feitas sucessivamente, até o total preenchimento das vagas ou esgotamento da lista de candidatos aptos.

No Vestibular 2005, dos 3.986 candidatos selecionados para ingresso na UFBA, 2.104 (52,8%) declararam-se oriundos de escola particular (não-cotistas). Dos outros 1.882 (cotistas), 1.098 (27,5% dos selecionados) tiveram ordem de classificação igual ou inferior ao número de vagas oferecidas e, portanto, ainda que cotistas, não se beneficiaram com o sistema, já que seriam selecionados mesmo sem esse sistema. 784 alunos beneficiaram-se efetivamente com o sistema de cotas implantado neste ano, ocupando outras tantas vagas extras ou de candidatos com escores globais mais altos, os quais seriam selecionados, caso o sistema de cotas não tivesse sido implantado. Isso quer dizer que 80,3% dos candidatos foram selecionados exclusivamente pelo seu desempenho acadêmico nas provas do Vestibular, independentemente de qualquer característica relativa à origem escolar e à etnia ou cor, e que 19,7% dos candidatos só foram selecionados graças ao sistema de cotas.

O curso mais afetado pelo sistema de cotas foi Fonoaudiologia, com 43,3% de candidatos selecionados graças ao sistema de cotas. Por outro lado, das 61 opções de curso oferecidas no Vestibular da UFBA, em 10 delas a influência do sistema de cotas foi igual ou menor que 5%. 13 cursos não foram afetados, isto é, a relação de selecionados é exatamente a mesma, com ou sem o sistema de cotas.

Os candidatos situados entre os 60% mais bem classificados de cada curso não foram afetados pelo sistema de cotas. Até esse limite, a relação de classificados é exatamente a mesma, com ou sem o sistema de cotas. Os cotistas ocuparam as vagas sobretudo dos 30% com classificação mais baixa, em cada curso. Ou seja, a influência do sistema de cotas só se fez sentir no terço inferior da classificação de cada curso.

Os escores globais do Vestibular da UFBA são atribuídos numa escala de 0 (zero) a 24.000 pontos (12.000 em cada fase), sendo que, na área de Artes, o escore global máximo é 30.000 pontos. Para facilitar o entendimento, os escores mencionados a seguir foram convertidos à escala tradicional de 0 (zero) a 10 (dez), adotada nos cursos da UFBA, indicando-se entre parênteses os respectivos escores na escala original, conforme constam nas listagens e relatórios técnicos, inclusive no Boletim de Desempenho posto à disposição de cada candidato.

A média geral dos candidatos selecionados no Vestibular 2005 da UFBA foi 5,8 (13.890), sendo mais alta a média do curso de Medicina, 7,2 (17.237), e mais baixa a média do curso de Engenharia de Pesca, 4,7 (11.166). O escore global mais alto foi 8,3 (19.836), obtido pelo 1º classificado para o curso

de Medicina, e o escore mais baixo foi 4,0 (9.699), obtido pelo último classificado para o curso de Educação Física.

A média geral dos candidatos inscritos como não-cotistas foi 6,1 (14.532), e a dos candidatos inscritos como cotistas foi 5,5 (13.174). A maior diferença entre a média de inscritos não-cotistas e a de inscritos cotistas foi encontrada no curso de Arquitetura e Urbanismo, respectivamente 6,1 (14.589) e 4,9 (11.860); a menor diferença foi encontrada no curso de Secretariado Executivo, respectivamente 4,9 (11.654) e 4,8 (11.499). Em três cursos, todos da área de Artes (Licenciatura em Teatro; Composição e Regência; e Licenciatura em Desenho e Plástica), a média dos cotistas foi maior que a dos não-cotistas.

A média geral do curso de Medicina foi 7,2 (17.238), e os escores globais obtidos foram os seguintes:

	Não-cotistas (escola particular)	Cotistas (escola pública)
Média	7,5 (18.090,5)	6,7 (16.195,1)
1º classificado	8,3 (19.836,2)	7,8 (18.711,4)
Último classificado	7,3 (17.504,2)	4,7 (11.275,8)
Nº de selecionados	88	72

Convém observar que o último cotista classificado ocupou uma das três vagas destinadas especialmente para candidatos índio-descendentes de escola pública. Excluída essa categoria de inscrição, o candidato de escola pública (cotista) com a última classificação obteve escore global equivalente a 6,3 (15.046).

A média geral do curso de Direito foi 6,6 (15.863,2), e os escores globais obtidos foram os seguintes:

	Não-cotistas (escola particular)	Cotistas (escola pública)
Média	7,0 (16.698,9)	6,2 (14.853,1)
1º classificado	7,8 (18.764,6)	8,1 (19.408,5)
Último classificado	6,7 (15.990,4)	4,4 (10.554,8)
Nº selecionados	110	91

Convém observar que o último cotista classificado ocupou uma das quatro vagas destinadas especialmente para candidatos índio-descendentes de escola pública. Excluída essa categoria de inscrição bem como um candidato que ocupou uma vaga extra nos termos do Art.3º, Alínea III, da Resolução 01/04, o candidato de escola pública (cotista) com a última classificação obteve escore global equivalente a 5,8 (14.035).

A análise geral de desempenho do Vestibular 2005, com base nas médias históricas de pontos de corte, apresentada na tabela abaixo, demonstra que a implantação do sistema de reserva de vagas na UFBA não interrompeu a tendência de elevação desse indicador em curso nos últimos anos.

Vestibular	2003	2004	2005
Etapa 1	5.018,69	5.099,80	5.117,40
Etapa 2	5.009,29	5.056,44	5.089,05

COMENTÁRIOS

Um argumento contrário às cotas tem sido recorrente: a ameaça potencial ao mérito acadêmico.

No Vestibular de 2001, a UFBA apresentava um quadro revelador do quanto o argumento do mérito também pode ser usado para uma “quebra” do sistema de privilégios, e não a sua conservação. Um estudo da professora Delcele Mascarenhas Queiroz mostra que vários foram os candidatos pretos e pardos que freqüentaram o ensino médio na rede pública e que atingiram a média acima do ponto de corte do vestibular. Em resumo, tiveram a mérito de passar no vestibular mais concorrido do estado, mas não ingressaram, pois o sistema privilegiava a classificação, inclusive por décimos. Quantos? 17 em Medicina, 58 em Direito, 11 em Odontologia, 49 em Administração, 67 em Engenharia Elétrica e 58 em Arquitetura. Por essa razão, a proposta que foi aprovada na UFBA tornou-se uma combinação do mérito com condição racial/étnica e proveniência da escola pública.

A instituição do sistema de ações afirmativas em 2005 nos permite demonstrar que a reserva de vagas implicou em

aumento substancial dos estudantes oriundos da escola pública e que se auto-classificaram como pretos e pardos. O total de pretos e pardos selecionados (73,4%) na Universidade em 2005 aproxima-se do percentual da população do estado da Bahia e o percentual geral de 53% para alunos oriundos da escola pública (brancos, pretos e pardos) foi alcançado em todos os cursos. No ano de 2001, os percentuais dos oriundos da escola pública nos cursos de Medicina, Odontologia, Comunicação-Jornalismo e Direito eram respectivamente 4,4% , 5,0% , 6,7% e 8,0%. Com o início do nosso Programa de Ação Afirmativa, nenhum desses cursos registrou menos de 43% de alunos de escola pública.

O que ocorreu na UFBA foi uma revolução no ingresso em cursos considerados como de maior prestígio na sociedade brasileira e onde o número de alunos oriundos da escola pública era ínfimo. Um outro dado significativo foi que pela primeira vez na história da instituição tivemos o ingresso de três índios aldeados.

Se a democratização no acesso foi alcançada, a manutenção do mérito se manteve. O ponto de corte do Vestibular 2005 (43% do valor máximo – 12.000 pontos) foi ligeiramente maior que o dos vestibulares anteriores em 2004 e 2003 (42%). Considerando que a UFBA já tinha 19 cursos com um percentual de estudantes oriundos da escola pública acima de 38% , em 23 cursos o sistema de cotas pouco ou nada influenciou. A relação de selecionados foi mais ou menos a mesma, com ou sem sistema de cotas. Tais cursos apresentam menor concorrência e muitos são considerados pela sociedade como de baixo prestígio. O desempenho no Vestibular de 2005 revela que a média

geral dos candidatos selecionados foi de 5,8. Os que se inscreveram como não-cotistas obtiveram 6,1 e os cotistas 5,5.

Em relação aos cursos considerados de prestígio, as diferenças entre o desempenho médio nos vestibulares antes e depois das cotas foram pequenas, como pode ser observado em Odontologia (6,2 em 2004; 5,8 em 2005); Comunicação-Jornalismo (6,7 em 2004; 6,2 em 2005); Arquitetura (6,3 em 2004; 6,2 em 2005). Os cursos onde se observam maiores diferenças no desempenho foram Medicina (7,6 em 2004; 6,5 em 2005), Engenharia Elétrica (7,6 em 2004; 6,5 em 2005) e Direito (7,4 em 2004; 6,3 em 2005).

Neste momento, precisamos avançar nas questões operacionais, para que as políticas de ação afirmativa não fiquem no papel, na gaveta e na boa intenção. É óbvio que políticas particularistas, como as ações afirmativas, não excluem políticas de cunho universalista, como o investimento na recuperação do nível de ensino das escolas públicas. Nesse sentido, investimentos no sistema público de ensino devem ser conjugados tanto a políticas de ampliação do acesso quanto ao fomento da permanência em instituições públicas do ensino superior. A implementação de ações afirmativas mostra que as Instituições de Ensino Superior podem desafiar o secular sistema de desigualdades sócio-raciais e conter a sua reprodução nos espaços acadêmicos.

Nessa etapa inicial, será prudente fazer uma avaliação das reações e resistências, que já aparecem de todo lado, na instituição e na sociedade, e que produzem obstáculos, barreiras, dificuldades e armadilhas frente ao avanço das propostas de ação. Para melhor superá-las ou preveni-las, preci-

samos identificar e reconhecer a natureza dessas modalidades de reação e suas derivações. Propomos classificá-las em quatro tipos:

Crítica programática. O criticismo programático defende uma suposta inviabilidade das ações afirmativas, declaradas meritórias em intenção, porém questionáveis em seus critérios operacionais. Alegam razões de custo-benefício (programas caros, elevados investimentos que poderiam ser destinados a ações de retorno imediato etc.). Também referem problemas na operação da proposta (impossível definir raça cientificamente; somos todos afro-descendentes; a classe média certamente vai fraudar o sistema; etc.) ou no seu impacto (haverá queda na qualidade do ensino; evasão elevada; formação deficiente de profissionais; etc.). Os defensores dessa modalidade de resistência produzem uma retórica de base técnica e aparentemente racional que, pelo menos, pode ser vencida pela demonstração dos resultados de uma *praxis* perseverante e competente, tal como pretendemos neste documento, contribuindo para melhoria nas propostas e avanço nas estratégias.

Resistência. Frantz Fanon escreveu uma obra-prima chamada *Pele Negra, Máscara Branca*, onde argumenta que o racismo ocidental entranha-se de tal forma nas estruturas psíquicas do homem moderno que opressor e oprimido terminam regidos por um mesmo registro de recalque e repressão. Fora de qualquer plano lógico-racional, emergem formas inconscientes de resistência, individual ou social, a propostas de superação de iniquidades pela via da reparação. Reconhece-se esta modalidade de reação pelos seus efeitos e não por intenção manifesta dos que reagem. Se alguém diz: “sou to-

talmente a favor de reparar o genocídio indígena, a tragédia da escravatura e a indigna exclusão social”, mas dos seus atos resulta o contrário (ou nada resulta), temos um exemplo dessa forma de resistência. A cruel história da escravatura e sucessivas gerações de preconceito e estigma deixaram marcas indelévels no inconsciente (no sentido freudiano) pós-colonial que somente processos radicais de conscientização (no sentido freiriano) poderão superar e remover. Além disso, muito precisamos aprender até podermos atuar, pelo menos com a mesma eficiência das estratégias da publicidade mercadológica, de modo emancipatório no inconsciente coletivo (no sentido junguiano) e no imaginário social.

Boicote. Muitos resistentes a programas de promoção da igualdade pela reparação têm coragem de assumir publicamente, de modo aberto e claro, suas posições mesmo quando essas parecem “politicamente incorretas”. Esse tipo de conservadorismo por princípio pode ser de direita ou de esquerda, tanto faz. Alguns acham que o mundo sempre foi e é naturalmente desigual e injusto e que não há qualquer problema em continuar assim, mantendo-se os privilégios de alguns grupos sustentados justamente pela carência de outros. Alguns – às vezes auto-proclamados de esquerda – defendem que qualquer política de reparação social ou política pública de compensação poderá atenuar a luta de classes e isso atrasaria o processo revolucionário. De todo modo, o boicote que fazem é, num certo sentido, franco e leal, viabilizando disputa e enfrentamento nos planos político e institucional.

Sabotagem. Chamamos de sabotagem a todas as formas de produção de obstáculos e dificuldades que, mesmo indire-

tas, camufladas, disfarçadas ou denegadas, resultam em prejuízos aos programas de ação afirmativa. Muitas vezes, a sabotagem consiste na proposição ou realização de atos e iniciativas que, aparentemente, nada têm a ver com preconceito ou racismo, mas que objetivamente resultam em enfraquecimento ou fracasso de programas de reparação. Os conservadores dessa modalidade se disfarçam de apoiadores, fazendo discursos pró-ações afirmativas e até mesmo se posicionando a favor de propostas nessa direção. Trata-se da forma mais traiçoeira e covarde de reação, de difícil reconhecimento e superação. Infelizmente, com frequência, somente se consegue identificar a sabotagem nos seus efeitos concretos, depois que corroeu ou implodiu estruturas e instituições em processo de transformação, quando já é muito tarde para um enfrentamento eficaz no plano ético e político. Por isso, em termos mais que metafóricos, é preciso organizar uma vigilância constante, a fim de denunciar e desativar a tempo as armadilhas e bombas de efeito retardado plantadas pelos sabotadores.

Finalmente, neste momento em que se descortina uma árdua luta política necessária para a construção histórica da identidade nacional, esperamos que estas avaliações e reflexões colaborem para a superação de impasses e resistências. Muitas reações a movimentos de ações afirmativas para reparação e inclusão social já se esboçam, algumas abertas e outras disfarçadas, em maior ou menor grau. Tudo isso era de se esperar e precisa ser enfrentado. Quem seria inocente de acreditar que, magicamente, uma sociedade racista e excludente de 300 anos mudará em 300 dias? Ou que, por decreto, uma instituição elitista de 60 anos se transformará em meros 60 dias?

ANEXO

% de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo segundo
onde cursou o Ensino Médio - 1998-2005*

Onde fez o Ensino Médio	Total Geral					
	Inscritos					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Pública	39,2	39,1	45,4	41,8	49,8	49,1
Particular	60,5	42,5	48,9	51,3	45,0	49,7
Não respondeu	0,3	18,4	5,7	6,9	5,2	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PROPLAD-Demanda Social

*por tipo de escola

% de Candidatos Classificados no Processo Seletivo
segundo onde cursou o Ensino Médio - 1998-2005*

Onde fez o Ensino Médio	Total Geral					
	Aprovados					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Pública	29,7	30,9	37,7	33,2	31,7	50,4
Particular	70,1	47,5	52,8	61,2	62,4	48,5
Não respondeu	0,2	21,6	9,5	5,6	5,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PROPLAD-Demanda Social

*por tipo de escola

% de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo segundo
sua Cor ou Raça- 1998-2005

Cor/Raça	Total Geral					
	Inscritos					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Branca	48,2	33,2	36,3	34,3	27,3	20,4
Parda	39,5	37,4	42,7	40,8	44,7	52,9
Preta	7,0	8,6	9,8	13,6	18,5	21,0
Amarela	2,1	2,1	2,7	2,7	2,5	2,3
Indígena	2,7	2,5	2,7	1,7	1,5	1,5
Não respondeu	0,5	16,2	5,8	6,9	5,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PROPLAD-Demanda Social

% de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo segundo
sua Cor ou Raça- 1998-2005

Cor/Raça	Total Geral					
	Aprovados					
	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Branca	53,4	35,4	38,6	40,0	32,8	21,2
Parda	35,3	33,5	39,5	38,9	43,3	56,5
Preta	6,7	7,6	8,2	11,8	14,1	16,9
Amarela	1,7	1,8	2,3	2,2	2,4	1,8
Indígena	2,3	1,7	2,0	1,5	1,3	1,9
Não respondeu	0,6	20,0	9,4	5,6	6,1	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PROPLAD-Demanda Social

Distribuição percentual dos candidatos oriundos de escola pública e
aprovados no processo seletivo em cursos de alto prestígio

Curso	Aprovados		
	2003	2004	2005,0
Arquitetura e Urbanismo	30,3	10,68	43,3
Ciências da Computação	30,56	27,27	46,5
Engenharia Civil	31	25,18	43,1
Medicina	14,29	16,78	45,0
Nutrição	21,54	24,32	43,0
Odontologia	11,54	11,3	45,0
Administração	18,18	18,05	44,0
Direito	13,1	14,29	45,0
Comunicação - Jornalismo	12,5	8,93	46,0
Comunicação- Prod. Comum. e Cultura	5,26	18,52	45,0

Fonte: SSOA/UFBA

Média dos selecionados no Vestibular - UFBA - 2005

Descrição Curso	2005	2004	2003
Arquitetura e Urbanismo	5,6	5,7	5,9
Engenharia Civil	5,6	5,7	5,7
Engenharia de Minas	5,4	5,1	5,0
Engenharia Eletrica	6,7	7,2	7,1
Engenharia Mecanica	6,1	6,3	6,0
Engenharia Quimica	6,2	6,2	6,2
Engenharia Sanit. e Ambiental	5,9	6,0	6,2
Fisica (Licenc. e Bacharelado)	5,6	5,6	5,6
Fisica Not. (Licenc.)	5,6	5,4	5,6
Geologia	4,8	5,0	4,8
Matemática (Licenc. e Bacharelado)	5,9	5,7	5,8
Bach. em Ciencia da Comp.	6,3	6,5	6,6
Quimica (Licenc. Bac. e Quimica Ind.)	5,5	5,4	5,2
Estatistica (Bacharelado)	4,9	4,9	5,2
Geofisica	5,7	5,9	5,8
Agronomia	4,9	4,9	4,6
Ciências Biológicas (Lic. e Bac.)	5,8	5,8	5,8
Enfermagem	5,7	5,7	5,6
Farmacia	5,8	5,8	5,9
Medicina	7,2	7,4	7,3
Medicina Veterinaria	5,4	5,4	5,4
Nutricao	5,5	5,5	5,6
Odontologia	5,7	5,9	6,2
Licenc. em Ciencias Naturais	4,9	4,9	5,0
Fonoaudiologia	5,4	5,5	5,8
Oceanografia	5,9	5,9	0,0
Zootecnia	4,7	0,0	0,0
Engenharia Florestal	4,8	0,0	0,0
Engenharia de Pesca	4,7	0,0	0,0
Administração	5,9	6,0	6,2
Biblioteconomia	4,9	4,9	4,8
Ciências Contabeis	5,4	5,5	5,5
Ciências Economicas	5,8	5,8	5,9

continua

Média dos selecionados no Vestibular - UFBA - 2005
(Continuação)

Nome do curso	2005	2004	2003
Ciências Sociais (Lic. e Bac.)	5,7	5,7	5,7
Comunicação (Jornalismo)	6,4	6,4	6,5
Comunicação-Prod. Comum. e Cultura	5,8	6,0	6,1
Direito	6,6	6,8	6,8
Filosofia (Lic. e Bac.)	5,5	5,4	5,3
Historia (Lic. e Bac.)	5,9	5,9	6,1
Museologia	5,2	5,1	5,2
Pedagogia	5,0	5,0	5,1
Psicologia (Lic. e Bac.)	6,0	6,3	6,4
Secretariado	4,8	4,9	4,9
Educação Física (Lic.)	5,3	5,4	5,3
Geografia (Lic. e Bac.)	5,3	5,5	5,3
Arquivologia	4,8	4,8	4,7
Letras Vernáculas (Lic. e Bac.)	5,5	5,5	5,6
Letras Vernac. Ling. Estrag. (Lic)	5,6	5,6	5,7
Lingua Estrang. (Lic e Bac)	5,5	5,6	5,7
Artes Plásticas	5,3	5,5	5,5
Composição e Regência	5,2	5,4	5,5
Dança	5,5	5,4	5,5
Desenho e Plástica (Lic)	5,1	5,1	5,3
Artes Cênicas- Dir. Teatral (Bac)	5,7	5,6	5,5
Artes Cênicas- Interpretação teatral (Bac)	5,7	5,7	5,8
Artes Cênicas- Teatro (Lic)	5,4	5,5	5,3
Musica (Lic)	5,5	5,5	5,5
Canto	6,0	5,4	5,8
Instrumento	5,5	5,3	5,5
Desenho Industrial (Prog. Visual)	5,7	5,9	5,9
Curso Superior de Decoração	5,6	5,5	5,7

Fonte: SSOA/UFBA

Média dos selecionados no vestibular 2005

Curso	Média do curso	Média dos cotistas	Média dos não-cotistas
Arquitetura e Urbanismo	5,6	4,9	6,1
Bach.em Ciências da Computação	6,3	5,8	6,6
Engenharia Civil	5,6	5,2	5,8
Engenharia de Minas	5,4	5,2	5,6
Engenharia Eletrica	6,7	6,2	7,1
Engenharia Mecânica	6,1	5,5	6,5
Engenharia Química	6,2	5,7	6,5
Engenharia Sanitária e Ambiental	5,9	5,3	6,4
Estatística (Bac.)	4,9	4,8	5
Física (Lic.e Bac.)	5,6	5,4	5,8
Física Noturno (Lic. e Bac.)	5,6	5,3	5,9
Geofísica	5,7	5,5	5,8
Geologia	4,8	4,7	4,9
Matemática (Lic. e Bac.)	5,9	5,6	6
Química (Lic. e Bac.)	5,5	5,5	5,6
Agronomia	4,9	4,7	5
Ciências Biológicas (Lic. e Bac.)	5,8	5,6	6,1
Enfermagem	5,7	5,3	6
Engenharia Florestal	4,8	4,7	4,8
Farmácia	5,8	5,4	6,1
Fonoaudiologia	5,4	5	5,8
Licenc. em Ciências Naturais	4,9	4,6	5,1
Medicina	7,2	6,7	7,5
Medicina Veterinária	5,4	5,1	5,5
Nutrição	5,5	5,2	5,7
Oceanografia	5,9	5,5	6,3
Odontologia	5,7	5,2	6,2
Administração	5,9	5,5	6,3
Arquivologia	4,8	4,8	4,9
Biblioteconomia	4,9	4,9	5,1

continua

Média dos selecionados no vestibular 2005

(Continuação)

Curso	Média do curso	Média dos cotistas	Média dos não-cotistas
Ciências Contábeis	5,4	5,3	5,5
Ciências Econômicas	5,8	5,6	6
Ciências Sociais (Lic. e Bac.)	5,7	5,5	5,9
Comunicação - Jornalismo	6,4	6,1	6,8
Comunicação - Prod. Cultural	5,8	5,4	6,2
Direito	6,6	6,2	7
Educação Física (Lic.)	5,3	5,2	5,4
Filosofia (Lic. e Bac.)	5,5	5,4	5,5
Geografia (Lic. e Bac.)	5,3	5,3	5,4
História (Lic. e Bac.)	5,9	5,6	6,1
Museologia	5,2	5	5,4
Pedagogia	5	5	5,1
Psicologia (Lic. e Bac)	6	5,7	6,3
Secretariado Executivo	4,8	4,8	4,9
Letras Vernáculas (Lic. e Bac)	5,5	5,4	5,7
Letras Vernáculas Lig.Estr (Lic. e Bac)	5,6	5,5	5,7
Língua Estrangeira (Lic. e Bac)	5,5	5,3	5,6
Artes Cênicas - Teatro (Lic.)	5,4	5,5	5,3
Artes Cênicas - Dir.Teatral (Bac.)	5,7	5,4	6
Artes Cênicas - Interp. Tatral (Bac)	5,7	5,5	5,9
Artes Plásticas	5,3	5,3	5,4
Curso Superior de Decoração	5,6	5,5	5,6
Dança	5,5	5,2	5,7
Desenho Industrial (Prog. Visual)	5,7	5,6	5,9
Instrumento	5,5	5,2	5,7
Música (Lic)	5,5	5,3	5,6

Fonte: SSOA/UFBA